

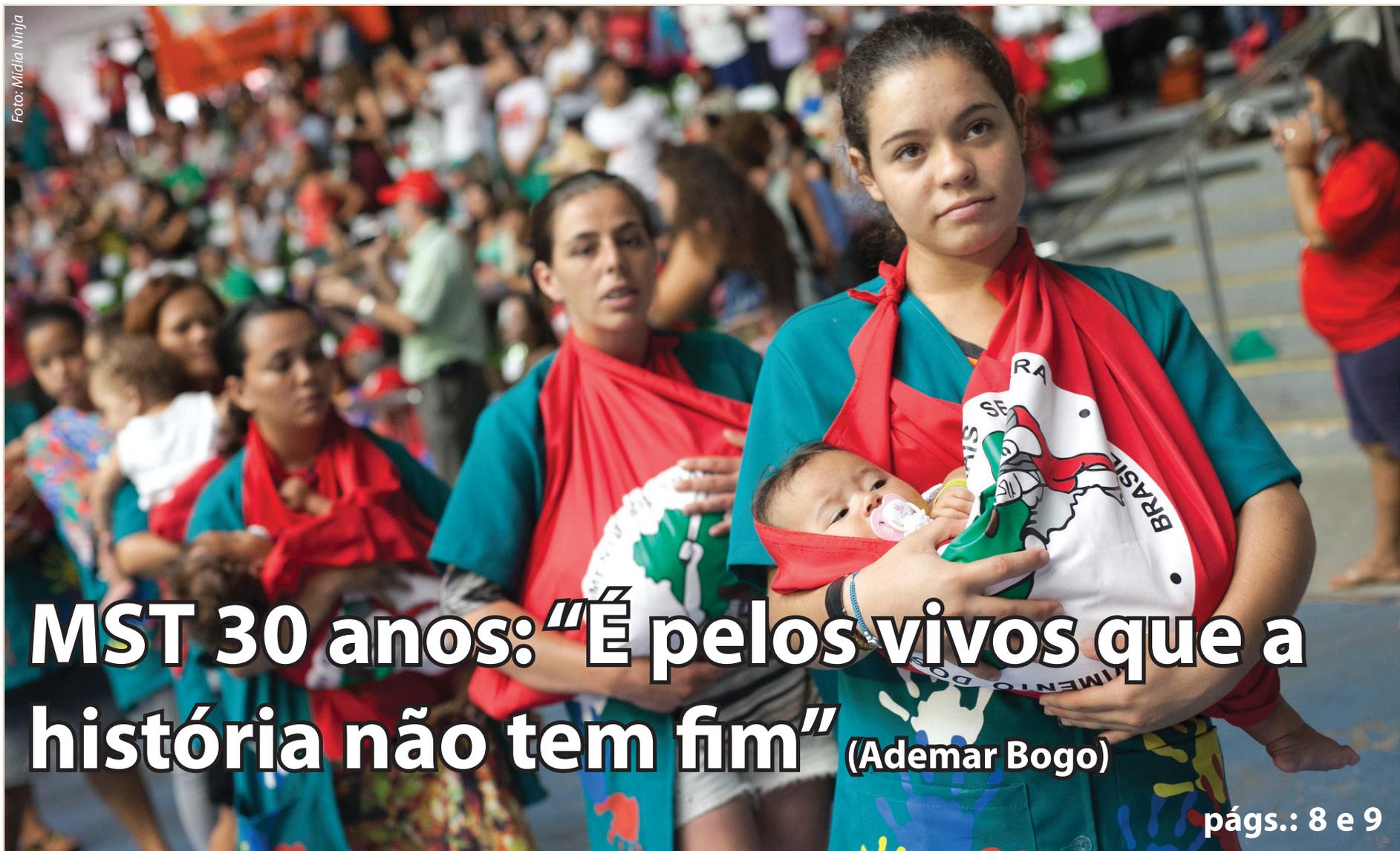
PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2014

Ano 39 – Nº 215

Foto: Mídia Ninja



MST 30 anos: “É pelos vivos que a história não tem fim” (Ademar Bogo)

págs.: 8 e 9

Foto: João Zinclar



*“Faz Escuro, mas eu Canto”:
rumo ao IV Congresso
Nacional da CPT*

pág.: 5

EDITORIAL

Movimentos sob censura

O MST realizou, em Brasília, seu VI Congresso com participação de 16.000 pessoas. Um Congresso de encher os olhos, de esquentar os corações, pela vibração das crianças, jovens e adultos presentes.

A sociedade brasileira foi privada de conhecer e acompanhar este espetáculo de organização e mobilização, os temas debatidos, os apoios recebidos. Os grandes meios de comunicação fizeram questão de ignorar o evento, de invisibilizar esta demonstração de pujança e vitalidade, mesmo em tempos difíceis de perda do dinamismo original. O Congresso passaria totalmente desconhecido, não fosse um incidente, ocorrido durante a marcha que cobriu de vermelho a Esplanada dos Ministérios. Incidente provocado pelo despreparo da polícia, que originou um confronto em que algumas pessoas ficaram feridas. Incidente que acabou se tornando manchete das redes de TV e dos grandes jornais impressos que qualificaram de desordem, de baderna, uma manifestação alegre, mesmo que impregnada de indignação pelo descaso do governo com os sem-terra no Brasil. O que o Brasil ficou sabendo é que o MST queria ocupar o Palácio do Planalto e o STF. Este chegou a suspender a sessão que realizava. Nenhum órgão da imprensa mostrou que os dirigentes do movimento tentavam acalmar os ânimos exaltados dos participantes diante da total incompetência da polícia. Um mês depois do encerramento do Congresso é isso que a mídia continua repassando ao público brasileiro.

Os movimentos sociais estão sob censura. Uma censura tão ou mais grave que a censura da ditadura militar. Censura imposta pelos donos dos meios de comunicação, para quem as ações populares representam um perigo para seus privilégios. A eles interessa noticiar o que pode desgastar a imagem dos movimentos, nunca o que estes representam no resgate da cidadania de milhares de pessoas.

“Justiça e Profecia a Serviço da Vida” foi o tema de outro evento que marcou o início deste ano, o 13º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, CEB's. O encontro, em Juazeiro do Norte, Ceará, reuniu mais de cinco mil pessoas no “solo sagrado dos romeiros e romeiras do meu ‘Padim’ Cícero Romão Batista”. Com muita festa, alegria e calor humano, celebraram sua fé e seu compromisso com a transformação da sociedade.

Nesse clima, a CPT inicia a caminhada rumo ao seu IV Congresso, a se realizar no próximo ano, em Porto Velho, RO. Com o lema, “Faz escuro, mas eu canto”, o Congresso vai fazer a memória dos 40 anos que a CPT completa em 2015, e vai se debruçar sobre a realidade de exploração e espoliação dos povos do campo que provocam nossa rebeldia, e sobre os gestos e ações que alimentam nossa esperança.

Nesta edição é lembrada a figura do líder de movimento camponês, Bruno Maranhão, falecido em janeiro. Também se destacam como a violência contra os povos indígenas torna sombrio seu futuro e os dez anos da Chacina de Unai. A Igreja, na Campanha da Fraternidade, convoca a refletir sobre o Tráfico de Pessoas e o trabalho escravo, realidade comentada no texto sobre a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, e na experiência “Educar para não escravizar”, em Rio Maria, PA.

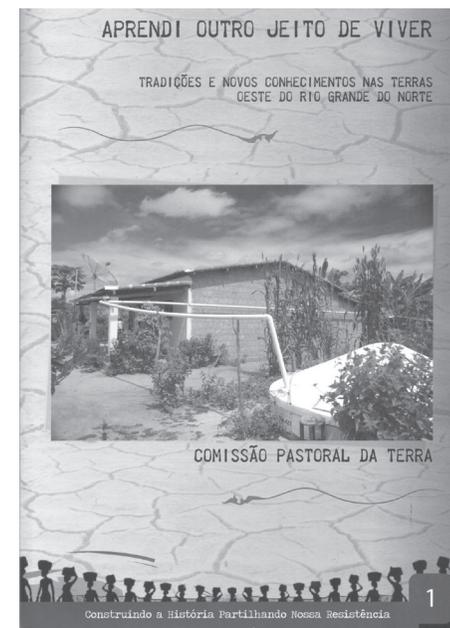
Com Sandro Gallazzi percorremos os caminhos da Bíblia e vemos que interesses de grupos privilegiados criam uma teologia para garantir privilégios. Flávio Lazzarin nos mostra como o Documento Dei Verbum, do Concílio Vaticano II, provocou uma verdadeira revolução espiritual e comunitária.

Boa leitura!

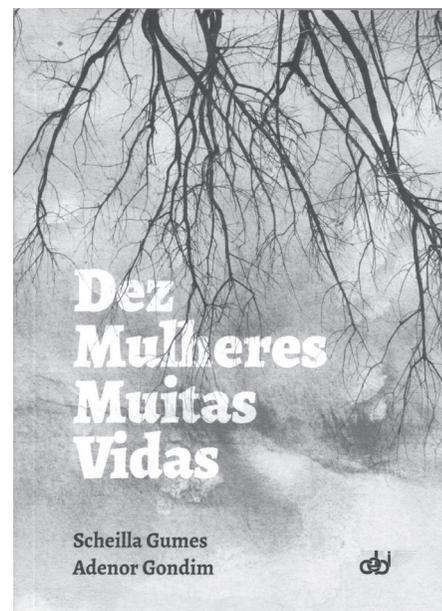


Aprendi outro jeito de viver – tradições e novos conhecimentos nas terras do oeste do Rio Grande do Norte

A CPT regional Nordeste II, a partir de um processo de sistematização participativa, produziu a cartilha “Aprendi outro jeito de viver”. O material é um relato de experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido, desenvolvido por cerca de 350 famílias de comunidades e assentamentos da região oeste do Rio Grande do Norte. Região essa marcada pela disputa de dois modelos de agricultura. De um lado a agricultura camponesa, que visa a preservação da vida; de outro, o modelo do agronegócio, que produz a morte, visando apenas o lucro e envenenando terras e águas.



Dez mulheres, muitas vidas – Scheilla Gumes e Adenor Gondim



Publicado pelo Cebi, o livro “Dez mulheres, muitas vidas” reúne histórias de mulheres de grupos e associações de mulheres camponesas, que se somaram à atuação da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso. Essas mulheres desafiam inúmeras dificuldades para superar séculos de uma patriarcal e excludente relação com a finalidade de instaurar novas relações de gênero. Os autores do livro são a jornalista Scheilla Gumes e o fotógrafo Adenor Gondim.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Frei Luciano Bernardi

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
IHR HILFESWERK

ASSINATURAS

Annual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Conflito agrário faz mais uma vítima no Maranhão



Foto: CPT Maranhão

invadir a unidade de saúde com a intenção de executar Brechó. Raimundo Rodrigues foi baleado em decorrência de um conflito de terras que se arrasta há anos na região. Durante toda a sua vida, Brechó lutou incansavelmente pela libertação do

território Campestre/Alegria. Há décadas, o processo de desapropriação tramita sem nenhuma solução concreta para as mais de 300 famílias que vivem no local. Apesar das inúmeras denúncias feitas pelas famílias e pela CPT, em razão dos conflitos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) se mantém omissos face ao conflito, numa clara opção do Governo Dilma pela grilagem de terra e latifúndio.

Raimundo Rodrigues, conhecido como Brechó, foi alvejado no dia 21 de fevereiro com dois tiros e encaminhado para hospital de Timbiras, no Maranhão, mas não resistiu e faleceu madrugada do dia 25. O nome de Brechó já constava na lista de ameaçados de morte da CPT de 2012. E em 2013 sofreu ameaças e tentativa de homicídio. Enquanto ainda estava internado, no dia 22, dois homens desconhecidos tentaram

Mais um trabalhador rural assassinado em Monte Santo (BA)

A inoperância e ausência do Estado vitimaram mais um trabalhador rural no município de Monte Santo, na Bahia. Desta vez foi Jailson de Jesus Santos, morto com 12 tiros, no dia 06 de fevereiro, no Projeto de Assentamento Nossa Senhora do Rosário. É a quarta vítima, só neste assentamento, e o oitavo a tombar pela violência e barbárie que se instalou em Monte Santo.



Foto: MST

Com 49 anos, pai de seis filhos, Jailson foi assassinado nos arredores de sua casa. Um carro preto com quatro homens parou na porta da casa dele e pediu água para colocar no radiador do veículo. Ao atender o pedido, Jailson foi recebido a tiros.

CONTAG contesta número divulgado pelo MDA sobre famílias assentadas

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) manifestou total discordância com a informação prestada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, que anunciou que foram assentadas 30 mil famílias em 2013. O número informado resulta de uma manobra inaugurada ainda no governo FHC e perpetuada até hoje pelo MDA e o INCRA, mesmo com o insistente protesto da CONTAG e dos de-

mais movimentos sociais do campo. Na soma, constam apenas 7.224 famílias beneficiárias de assentamentos oriundos de desapropriações por interesse social. As demais famílias são substitutas de antigos assentados em áreas regularizadas, ou ocupantes de terras públicas que tiveram suas parcelas regularizadas. A Confederação diz que esse tipo de informação confunde a sociedade e desvirtua o real debate que deveria ser travado dentro do governo.

Sede de equipe da CPT no Amazonas é invadida

Após a CPT regional do Acre, em Rio Branco, ter sido invadida, entre 2012 e 2013, sete vezes, no dia 3 de fevereiro a sede da CPT na cidade de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, foi encontrada toda revirada pelos agentes. Apesar de estar no Amazonas, essa equipe compõe o regional Acre. No local, uma janela foi arrombada e, por meio dela, os invasores entraram na casa e rasgaram vários documentos, pisaram em materiais, além de deixarem o imóvel todo bagunçado. Impressora, computadores, máquina fotográfica e outros materiais estavam no local, mas nada foi levado pelos criminosos. É clara a tentativa de intimidação e ameaça aos agentes da CPT por conta do trabalho que vem sendo desenvolvido. Estão sendo solicitadas providências legais. A equipe da CPT continua o seu trabalho.

Projeto irregular de soja ameaça despejar famílias em Campos Lindos, TO

Cerca de 80 famílias camponesas atingidas pelo Projeto Agrícola Campos Lindos, no município de Campos Lindos, nordeste do Tocantins, correm risco iminente de despejo de suas terras pelo cumprimento de mandado de reintegração de posse em favor da Associação de Plantadores do Alto do Tocantins (Associação Planalto), representante de produtores de soja. O Recurso de Apelação apresentado pelas famílias foi julgado em 29 de janeiro e, por maioria, a 5ª Turma da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Tocantins negou o provimento. A reintegração de posse conce-

dida pela Justiça do Tocantins contraria laudo do Ministério Público Federal. Para sanar as dúvidas quanto ao tempo de permanência das famílias em suas posses, o MPF realizou laudo antropológico, concluído no último dia 28 de janeiro, que constatou que há décadas as famílias lá moravam. De onde foram deslocadas quando o projeto se instalou em 1997 e acabaram confinadas em sua área de reserva. Na ação, a Associação Planalto alega que as famílias invadiram a área de reserva em condomínio do projeto, o que estaria prejudicando sua regularização ambiental

Deputados ruralistas são acusados de racismo e incitação ao crime

O Ministério Público Federal (MPF) e a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul apresentaram representações pedindo que os deputados federais Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) sejam denunciados por racismo e incitação ao crime. Os pedidos foram encaminhados na segunda quinzena de fevereiro ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e têm como base os discursos proferidos durante audiência pública realizada em Vicente Dutra (RS), em novembro do ano passado. Na ocasião, o deputado Heinze afirmou que "índios, quilombolas e gays" representam tudo que "não presta" e,

conforme destacado na representação protocolada pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, conclamou os ouvintes a reagirem "contra esses grupos étnicos, inclusive por meio de segurança privada". Já o deputado Moreira usou o termo "vigarristas" e defendeu que a plateia deveria se vestir de "guerreira" contra eles. De acordo com a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, que é coordenadora da 6ª Câmara, ambos os parlamentares foram preconceituosos e incitaram o público a praticar crimes, delitos previstos nos artigos 20 da Lei 7.716/89 e 286 do Código Penal. A 6ª Câmara trata de questões relacionadas a populações indígenas e comunidades tradicionais.

Foto: Internet



TRABALHO ESCRAVO

Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e os 10 anos da chacina de Unaí

CRISTIANE PASSOS*

Em 2014 lembramos os 10 anos da chacina de Unaí, em que quatro funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foram assassinados durante fiscalização em fazenda do município mineiro, nos questionando sobre os avanços no combate a essa prática nesse período. A PEC do Trabalho Escravo continua travada e agora tornou-se refém de uma manobra orquestrada pela bancada ruralista, para modificar o conceito de trabalho escravo presente no artigo 149 do Código Penal, o que seria um grande retrocesso na luta contra a escravidão contemporânea. Os parlamentares insistem na aprovação da PEC somente mediante a retirada de elementos essenciais na caracterização contemporânea deste crime, como condições degradantes de trabalho.

Conforme dados publicados pela Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, em 2013 cresceu o número de casos identificados como de trabalho escravo. Em 2012 foram registrados 189 casos, este número se elevou para 197 em 2013. Já em relação ao número de trabalhadores envolvidos, houve decréscimo: 3.680 trabalhadores envolvidos, com resgate de 2.730, em 2012; 2.874 trabalhadores envolvidos e 2.208 libertados, em 2013. Dos 197 casos identificados em 2013, foram fiscalizados 175.

Diferentemente de anos anteriores, quando a região Norte se destacava tanto pelo número de casos identificados quanto pelo de pessoas envolvidas, em 2013, a região Sudeste foi a que apresentou o maior número de trabalhadores envolvidos, 1.186, bem como o maior número de trabalhadores libertados, 1.147, equiparando-se quase à região Norte pelo número de casos: 53 no Sudeste contra 55 no Norte. Em seguida vem a região Nordeste, com 42 casos, Centro-Oeste com 31 e Sul com 16. Pelo número de trabalhadores envolvidos em trabalho

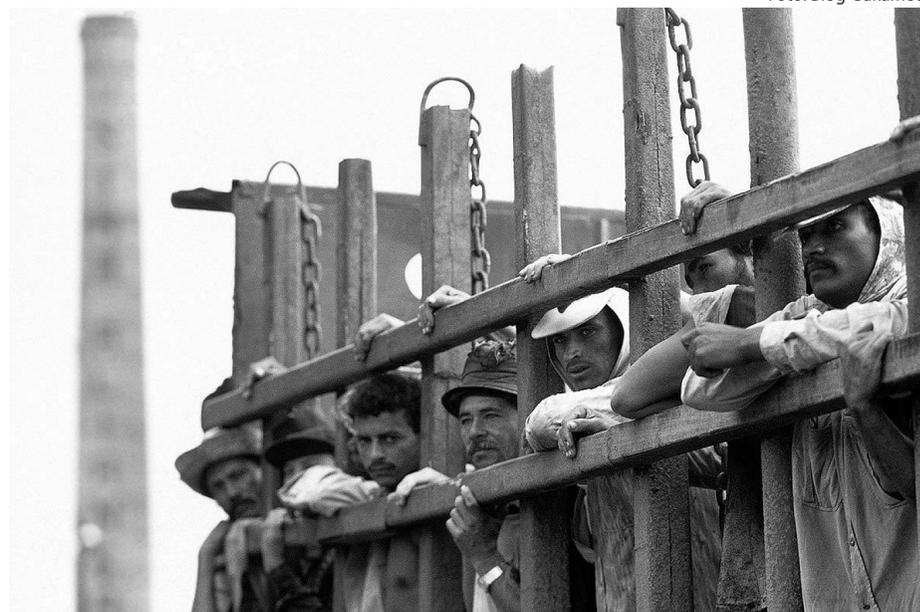


Foto: Blog Sakamoto

escravo, o Nordeste vem em segundo lugar, com 603, seguido da região Norte, com 505, Centro-Oeste com 430 e Sul com 150. Já em relação a trabalhadores libertados, o Nordeste vem em segundo lugar com 330 libertados, seguido do Centro-Oeste com 309. Só então vem a região Norte com 274 e a região Sul com 148.

O número maior de casos identificados foi na pecuária, 69. Em segundo lugar veio a construção civil com 45 casos, seguida da exploração em lavouras diversas (laranja, tomate e outros), 34 casos. Já em relação ao número de trabalhadores envolvidos, a Construção Civil está em primeiro lugar com 1.041 pessoas, tendo sido resgatadas 914 pessoas. Em segundo lugar está a exploração em lavouras diversas, com 602 trabalhadores envolvidos e 453 libertados e, a seguir, vem a pecuária com 539 trabalhadores envolvidos e 266 libertados.

Segundo informações da própria Campanha da CPT, o aumento no número de casos urbanos, deve-se, também, a um aumento nas fiscalizações nas cidades, devido a obras do PAC e obras para a Copa do Mundo, que será realizada no Brasil. Diante de um cenário em que os olhos do resto do mundo estão voltados para o país, busca-se cumprir a legislação à risca.

Em contrapartida, as fiscalizações no campo não aumentaram na mesma proporção.

Unaí

O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait) aproveitou a data para pressionar, mais uma vez, pela condenação dos responsáveis pela chacina de Unaí. Depois de muitos vaivens, o julgamento da chacina começou em agosto do ano passado, mas acabou interrompido em setembro por causa do julgamento de um habeas corpus. Os três acusados de serem os executores do crime acabaram condenados a, respectivamente, 94, 76 e 56 anos de reclusão. Os acusados de mandantes começariam a ser julgados, mas dois deles recorreram ao Supremo, contestando o juízo responsável pelo processo – querem transferir a ação de Belo Horizonte para Unaí.

Um ano atrás, quando se esperava que finalmente o julgamento iria começar, a juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte, declinou de sua competência e transferiu o processo para Unaí. O Ministério Público Federal recorreu, e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o julgamento fosse realizado na capital do

estado. É essa decisão que agora está sendo contestada na Primeira Turma do STF. O relator, Marco Aurélio, votou a favor dos acusados, enquanto a ministra Rosa Weber foi contra. Por sua vez, Dias Toffoli pediu vista, e o processo parou.

A violência simbólica dos novos grilhões

José de Souza Martins retomou a questão da permanência da escravidão, seja essa real ou simbólica, imputada ainda sobre os negros e pobres, diante de um fato que foi recentemente veiculado pela grande mídia, de um adolescente negro acorrentado pelo pescoço e nu, em uma rua da zona sul do Rio de Janeiro.

“Desde quando seus antepassados foram trazidos da África, empilhados em navios negreiros, para serem vendidos no Valongo, depois de estirados na praia para destravar o corpo, o menino negro sabe quem manda e quem obedece. O tronco e a chibata no lombo dos seus antepassados surraram também sua memória e lhe ensinaram as lições que sobrevivem 125 anos depois da liberdade sem conteúdo da Lei Áurea. A lei que libertou os brancos do fardo da escravidão antieconômica. Mais de um século depois, o menino ainda sabe como é que se fala até mesmo com moleque que herdou os mimos da casa-grande: ‘Eu não, meu senhor, todo mundo aqui é trabalhador’, defendeu-se. Esse ‘meu senhor’ expressa uma liberdade não emancipadora, que não integrou o negro senão nas funções subalternas de uma escravidão dissimulada, mas não na ressocialização para a liberdade e para a cidadania. Quem acusa o menino não sabe que a sociedade não pode colher o fruto que não semeou”. O escravo não sumiu de nossa história e, da mesma forma, a chibata e o capataz também não.”

RUMO AO IV CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Faz escuro, mas eu canto

Memória, rebeldia e esperança dos pobres do campo

Nesta edição abrimos uma página para nos colocar em sintonia com o IV Congresso Nacional da CPT, que vai se realizar no próximo ano, quando a CPT completa 40 anos de existência.

A CPT surgiu em 1975, fruto da indignação de pessoas ligadas à igreja, diante da violação dos direitos de povos indígenas e de comunidades de posseiros que tinham seus territórios invadidos por grandes empresas que se estabeleciam na Amazônia, com o apoio e estímulo dos governos militares, que concediam a elas fartos incentivos fiscais para ali se estabelecerem. E se estabeleciam com a exploração do trabalho de milhares de trabalhadores de outras regiões, que foram submetidos a condições semelhantes à de escravos.

Hoje a situação dos homens e mulheres do campo não é melhor do que naquele tempo. Vive-se um período em que poucas luzes se descortinam no horizonte. Mas, a determinação e a garra permanecem. Por isso foi escolhido como tema/lema do IV Congresso da CPT: FAZ ESCURO, MAS EU CANTO, Memória, Rebeldia e Esperança dos pobres do campo.

Os Congressos da CPT

A decisão de realizar Congressos foi tomada na assembleia geral da CPT em 1999, no bojo de um processo de avaliação da Pastoral. Nesta oportunidade estabeleceu-se que os Congressos deveriam definir os grandes eixos da ação da CPT e que a maior parte dos participantes deveria ser de trabalhadores. Os congressos se tornaram o espaço privilegiado para a CPT ouvir os trabalhadores, suas angústias, a pressão que sofrem e também suas conquistas. Ouvir deles também o que pensam da própria CPT, o que dela esperam. Já se realizaram três Congressos. O primeiro em Bom Jesus da Lapa, Bahia, em 2001, o segundo, em 2005, na Cidade de Goiás e o terceiro, em Montes Claros, Minas Gerais, em 2010.

Rondônia acolherá o IV Congresso

O IV Congresso se realizará na Amazônia, em Porto Velho, RO, em 2015, quando se comemoram 40 anos

da CPT. Foram os conflitos na Amazônia, que se avolumavam a cada dia, que levaram a Igreja a constituir uma comissão para interligar, assessorar e dinamizar os trabalhos que diversas dioceses faziam para apoiar os trabalhadores e trabalhadoras do campo que sofriam violências e tinham seus direitos desrespeitados. Em julho de 2015 armaremos nossas tendas em Porto Velho, Rondônia, na Amazônia.

Rondônia é fruto da colonização promovida pela ditadura militar e pela política neoliberal de mercado. Está situada numa das vias de penetração e encruzilhada da Amazônia. Para Rondônia migraram milhares de famílias brasileiras em busca de novas oportunidades de vida: terra, emprego e negócios.

Porém, a ocupação desordenada e caótica teve como resultado a devastação ambiental e o acúmulo das comunidades tradicionais. Quilombolas, ribeirinhos e indígenas ainda continuam com boa parte dos seus territórios tradicionais violentados, sem serem reconhecidos e demarcados. Rondônia tem uma das mais altas taxas de deflorestação da Amazônia, estimada entre 30 e 35%. Boa parte destas áreas, desmatadas em poucas

décadas, hoje são pastos já degradados, tendo como consequência a destruição de igarapés e nascentes e o assoreamento dos rios.

Esta ocupação foi acompanhada também de uma injusta distribuição de terras agrícolas. O latifúndio ocupa um terço das áreas de produção agrícola, com ocorrências de trabalho escravo, retirada ilegal de madeira e grilagem de terras. O que tem gerado um permanente conflito fundiário. Por isso violência e repressão continuam de forma acentuada até hoje. Para os pequenos agricultores as dificuldades de acesso à educação, saúde, transporte e de sobrevivência no campo tem provocado grande êxodo rural, especialmente da juventude, em direção às cidades, ao exterior ou a novas fronteiras agrícolas dos estados do Amazonas e Mato Grosso. Desta forma continua o ciclo de desmatamento e devastação ambiental.

Os ciclos de exploração natural da madeira, da pecuária e dos garimpos de ouro, cassiterita e diamantes, estão sendo rapidamente sucedidos pelos novos projetos de “desenvolvimento”. A construção das usinas hidrelétricas do Madeira, obras emblemáticas do PAC governamental já em

fase de conclusão, não deixa de mostrar novos impactos, mazelas e opressão para os operários, ribeirinhos, assentados e populações urbanas. Enquanto isso, avançam rapidamente as monoculturas de arroz, soja, milho e eucalipto, impulsionadas pelas hidrovias e vias de escoamento da produção de grãos destinados à exportação.

Neste contexto:

- Ganham visibilidade as comunidades tradicionais, como os quilombolas e povos indígenas;
- continua a luta por reforma agrária, promovida por diversas organizações camponesas, com teimosos acampamentos e ocupações de terra, enfrentando a inoperância do INCRA e do Terra Legal, a violência, a criminalização de lideranças e a repressão judicial e policial;
- as diversas organizações do campo e da cidade tentam um processo de unificação das lutas;
- forma parte das iniciativas de resistência camponesa e de esperança, a promoção tenaz e decidida da agroecologia, com sistemas de produção agrícola sem uso de veneno e mais adequadas ao bioma amazônico;
- resiste um modelo eclesial ecumênico comprometido com a realidade do povo e dos pobres da terra, formado pelas CEB's e comunidades evangélicas, que se dedicam a promover a vida humana e a vida natural em todo o esplendor da Criação, e o crescimento do Reino de Deus nesta região privilegiada da Amazônia.

É neste cenário que o IV Congresso da CPT vai acontecer.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT e coordenação do IV Congresso Nacional da CPT.



Foto: João Zinclar

MEMÓRIA

Bruno Maranhão: A opressão sofrida nas senzalas o despertou e sua causa foi muito maior que a sua origem social

RENATA ALBUQUERQUE*

“Um homem simples, que vivia no meio do povo. Mesmo vindo de uma família rica, de latifundiários, a opção de vida que ele fez foi estar ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras. Para ele, todos éramos companheiros e companheiras na luta pela Reforma Agrária”, relembra a trabalhadora rural Marilene Ferreira, do assentamento Ismael Felipe, localizado em Tracunhém, zona da mata pernambucana. O sentimento que Marilene carrega pode ser considerado o mesmo de centenas de trabalhadores rurais que puderam conviver com Bruno Albuquerque Maranhão, liderança do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), em Pernambuco.

Hoje, o militante - lembrado por muitos como um homem de postura aguerrida, simples e bem humorado - já não está mais debaixo da lona preta junto aos trabalhadores, como costumava passar os dias, e já não pode mais romper as cercas dos latifúndios com as próprias mãos. Bruno faleceu aos 74 anos, no dia 25 de janeiro, em decorrência de falência múltipla dos órgãos, depois de ter lutado contra problemas de saúde que vinham se agravando desde 2011, quando foi submetido a duas cirurgias para conter a lesão de uma isquemia e uma trombose cerebral. Quando doente, sua família o apartou do que ele mais valorizava: o povo. Bruno foi isolado e impedido de receber visitas.

Bruno Maranhão pertencia a uma tradicional família de usineiros da zona da mata pernambucana. Como ele mesmo costumava dizer, a herança da Casa Grande era tanto por parte de pai quanto por parte de mãe. Mas, desde criança, a realidade de dois mundos



Foto: ABr

opostos lhes cruzava o caminho: de um lado, o mundo do Casarão; do outro, o mundo dos filhos dos trabalhadores rurais das Usinas da família. “Não entendia direito por que eles não tinham o que eu podia ter”, comentou certa vez em uma entrevista.

Quando jovem, ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco e logo mergulhou de cabeça na militância estudantil, atuando inicialmente no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Após o racha no partido, depois do golpe de 1964, Bruno passa a integrar o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ao lado de Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves. Durante a ditadura militar, o Partido teve 12 integrantes mortos e quatro desaparecidos. Bruno foi exilado. Viveu na França e só retornou ao Brasil em 1979. Na volta do exílio, seu pai acreditou que ele dirigiria uma das Usinas da família, mas logo o filho contrariou o destino que a família lhe imputava. Ao chegar ao Brasil, Bruno passou a se dedicar simultaneamente à construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e à

organização de trabalhadores rurais sem terra, que posteriormente culminou com o surgimento do MLST. Deste então, a trajetória de vida de Bruno Maranhão se misturou com a história dos trabalhadores rurais sem terra na luta em defesa da Reforma Agrária em Pernambuco.

Ele vai ser lembrado pela simplicidade e pela sintonia com o cotidiano e a luta do povo sem terra, pelos momentos de ousadia e enfrentamento na luta pela Reforma Agrária, nas marchas, ocupações de terras, mobilizações e protestos. Suas várias histórias de luta mais que demonstraram a opção de viver do outro lado do latifúndio, rompendo as cercas da desigualdade, através de uma vida dedicada e comprometida na luta pela partilha da terra. Certo dia, quando perguntado por jornalistas sobre a possibilidade de ver em vida um processo de transformação e justiça social, Bruno Maranhão respondeu: “Sei que não vou viver para ver este dia, mas os pequenos passos fazem parte do processo”. Durante o seu velório, centenas de companheiros e companheiras estiveram presentes, homenageando a trajetória de luta de Bruno Maranhão. “Foi uma grande liderança e a luta pela Reforma Agrária sofre uma perda enorme. Ele certamente foi e será um exemplo para todos nós trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta por justiça social”, ressaltou a trabalhadora rural, Marilene Ferreira.

*Assessora de comunicação da CPT Nordeste II.

Política com humor

Foi em janeiro, na janela deste ano de 2014, que Bruno Maranhão fez a sua última ocupação de terra: ocupação sem marcas de mausoléu ou da majestade de quem nasceu no berço da “elite” do mortífero monocultivo da cana de açúcar de Pernambuco. Conhecer Bruno Maranhão era conhecer um homem que deu as costas a uma sociedade que vivia - e vive - à custa do suor do outro e não do seu próprio suor; abraçou a classe que produz a riqueza e a quem são negadas os seus frutos. Conhecer Bruno Maranhão era conhecer um homem no meio do povo que ele ajudou a unir e organizar, ora na Fazenda dos Trabalhadores (Erendepe, PE), ora numa caminhada popular pelo INCRA ou pelo “Sete de Setembro” (Recife), ora numa explosão de indignação (Congresso, Brasília). Bruno era de uma época em que se fazia política com bom humor... humor esse que irritava profundamente os que tinham uma visão cínica da realidade, e que aticava os que não entendem que a vida é séria demais para ser levada a sério. E foi neste humor e nesta opção que Bruno se despediu da terra: cremado. A fumaça pairando no ar, as cinzas adubando a terra... no ar que respiramos, na terra que nos come: somos todos e todas - Bruno Maranhão: presente, presente, presente!

Padre Tiago Thorlby - Da Comissão Pastoral da Terra - Regional Nordeste II

Homem de grande coerência

A maior lembrança que Bruno me deixou foi a da sua grande coerência. Profunda e ativa. Como militante social e partidário. Mas também como um invulgar ser humano. A sua causa foi muito maior que a sua origem social. Num mesmo caminho sempre resistindo, seja na ditadura, seja na nossa democracia incompleta. Toda uma vida envolvida com os seus sonhos de justiça, de igualdade e de reparação às enormes mutilações históricas impostas ao povo de nossa terra, ainda apropriada. A partir da fraternidade e da ternura que ele tinha com os trabalhadores e com todos que tivemos o privilégio de seus amigos e de lutar com ele, Bruno não deixou apenas um legado de muitos exemplos, mas sobretudo de saudades e de recordações. Memórias alegres como ele era.

Bruno Ribeiro, advogado e militante na defesa dos trabalhadores rurais e de suas entidades em Pernambuco.

13º INTERECLESIAL DAS CEB'S

Os gritos, as lutas e os sinais de profecia dos camponeses e camponesas do Brasil

PE. VILECI BASÍLIO VIDAL E
IR. ILZA FRANCA*

O 13º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base aconteceu de 07 a 11 de janeiro de 2014, na cidade de Juazeiro do Norte - Diocese de Crato - Ceará, com o tema: Justiça e Profecia a Serviço da Vida e o lema: CEBs, romeiras do Reino no campo e na cidade. No coração alegre e forte do Nordeste, nas terras do Pe. Ibiapina, dos beatos Zé Lourenço do Caldeirão e Antônio Conselheiro, da beata Maria de Araújo, do poeta Patativa do Assaré, de Dom Helder Câmara, nas terras de povos indígenas, no solo sagrado dos devotos de São Francisco e dos romeiros e romeiras do meu "Padim" Cícero Romão Batista, as cidades de Crato, Barbalha, Missão Velha, Caririaçu e Juazeiro do Norte abriram as portas e o coração para acolher as Comunidades Eclesiais de Base de todo o Brasil e também representantes da América Latina e Caribe, Europa, Ásia e África.

Agentes da CPT participaram do processo de construção do 13º Intereclesial. Pe. Vileci Basílio Vidal, coordenador da CPT em Crato, foi o coordenador desse Intereclesial. Ir. Ilza Franca, secretária executiva da CPT Ceará, contribuiu com a coordenação das equipes de animação. Foram 5.046 os participantes entre delegados, convidados e voluntários das equipes de serviço e organização. Preparar o 13º

Intereclesial no Ceará exigiu dedicação e empenho para que, em tempo e data certa, tudo estivesse pronto e as equipes capacitadas para seus trabalhos. Não tem medida a experiência vivida. O encontro revestiu-se de uma atmosfera de muita festa, alegria, calor humano, com músicas, benditos, poesias, repentes, vibração, fé e esperança. "O artista faz justiça cantando a profecia". Entre as várias mensagens/cartas recebidas uma muito especial, a do Papa Francisco, causou muita alegria e emoção.

"O intereclesial foi a experiência do ENCONTRO: a Igreja a caminho, revendo o seu anúncio, profecia e denúncia, de mãos dadas com as diversas Igrejas e culturas, no diálogo, respeito e comunhão pelo mesmo objetivo - A DEFESA DA VIDA EM TODAS AS DIMENSÕES". (Dalvirene Ari, agente da CPT da Diocese de Crato)

A programação foi construída a partir do método VER, JULGAR E AGIR. A primeira plenária começou com o testemunho de pessoas das cinco grandes regiões: luta pela demarcação de terras indígenas (Oeste); extermínio da juventude (Norte); agronegócio (Nordeste); os conflitos por causa das obras da copa (Leste); luta pela demarcação das terras quilombolas (Sul). Em seguida, Pe. Man-

fredo Oliveira, Raquel Rigotto e Roberto Malvezzi (Gogó, da CPT), fizeram análise de conjuntura sócio-eclesial. Os trabalhos se desenvolveram nos chapéus (grupos de reflexão) e ranchos (mini plenárias), e na grande plenária, dividida em sete ranchos.

Principais gritos e lutas apresentadas e que são desafios para a CPT

Foram muitos os gritos em Juazeiro: de indígenas, de quilombolas e de muitas outras comunidades do campo. Gritos das comunidades urbanas. Gritos que brotam da realidade e que refletem uma espiritualidade que integra Fé, Vida e Romaria, como ação transformadora e fortalecedora da vivência em comunidades, na partilha dos bens.

"A mística e a espiritualidade das terras do Padre Cícero, da religiosidade popular que conhecemos na convivência com as famílias propiciaram um reencontro com a religiosidade de outras regiões e histórias de luta e resistência. As pessoas e suas casas que nos acolheram ajudaram a fazer o caminho e a resgatar a experiência das primeiras comunidades, 'tinham tudo em comum e partilhavam seu pão'. (Isabel Cristina Diniz - agente da CPT/PR).

Também houve gritos de contestação aos grandes projetos de barragens, de monocultivos com agrotóxicos, de mineração e outros.

Os Sinais de justiça e profecia

Foram apresentados, entre muitos outros, como sinais de justiça e profecia: o clamor do índio e seu amor pela mãe terra; a luta da juventude rural que quer condições para permanecer na terra; as lutas sindicais, os movimentos de mulheres, a luta pela água, pela construção de cisternas.

No dia 09, como peregrinos da fé e da esperança de novos céus e nova terra, todos subiram ao Horto do Pe. Cícero, para a tarde orante, na qual se recordaram

os mártires e profetas da caminhada, com forte ênfase na espiritualidade da cruz.

Justiça e Profecia na caminhada

No dia 10, a mística foi conduzida pelos povos indígenas.

"Esta caminhada jamais terá fim, porque nós estamos deixando nossos rastros na terra de nosso Pai e na nossa Mãe Terra. Os nossos caminhos e nossos rastros jamais vão apagar, por mais que nós sejamos perseguidos", disse um indígena.

O assessor, Pe. Luiz Mosconi lembrou que as CEBs são convidadas a viver o seguimento a Jesus, o seu projeto: o Reino de Deus. Somos discípulos de um camponês da Galileia, do Jesus flagelado, morto e ressuscitado. "A igreja é serva do Reino de Deus", dissera D. Oscar Romero. As CEBs já erraram muito, mas é a maneira mais acertada de ser igreja, disse. Frei Carlos Mesters refletiu:

"Quando não se dá atenção à palavra de Deus e se quer viver de receber milagres, então não se sabe qual é o valor da profecia. Jesus irradia a profecia. 'Quem não vive para servir não serve para viver'. Este é o serviço da profecia e da justiça: fazer a vida florescer. As CEBs romeiras no campo e na cidade são a experiência da comunidade. Jesus tenta criar comunidades. A missão de vocês é essa: revelar o Reino de Deus".

A CPT fica com a tarefa de incluir os ECOS do 13º Intereclesial na sua caminhada com os pobres da Terra: "O nosso jeito de ser Igreja é o nosso jeito de viver a fé". Quem pratica a justiça está dentro do povo de Deus. É preciso acreditar no outro quando este tem uma experiência de Deus para não deixar cair a profecia.

Foto: Blog do Crato





Foto: Mídia Ninja

ANTÔNIO CANUTO*

O MST comemorou em janeiro seus 30 anos de existência. Uma história que marcou profundamente o Brasil nos dias atuais. Um movimento que rapidamente ganhou destaque nacional e internacional por sua capacidade de organização e de luta.

Gostaria de, neste texto, resgatar na trajetória do MST. Alguns pontos que sempre me chamaram a atenção. Antes, quero lembrar os primórdios deste movimento.

Gestação do MST

Encruzilhada Natalino

No Rio Grande do Sul no final dos anos 1970 ganhou visibilidade a realidade dos sem terra. Em 1978, os índios Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai, resolveram expulsar 1.800 famílias de colonos-rendeiros que ocupavam suas terras. Muitas dessas famílias foram levadas para a Amazônia; outras tornaram-se assalariadas e um terceiro grupo decidiu lutar por terra no estado. Ocuparam as Glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. As que não conseguiram terra, junto com centenas de outras, em 1979, formaram à beira da estrada entre Ronda Alta e Sarandi, o conhecido acampamento da Encruzilhada Natalino. O acampamento ganhou tamanha projeção que o governo Figueiredo se propôs a desmantelá-lo. Para isso enviou o coronel Curió que já conseguira desmobilizar o garimpo de Serra Pelada e dissolver a Guerrilha do Araguaia. Em 1981, Curió armou

acampamento com todo seu aparato na região. A intervenção durou até março de 1982, quando, derrotado pela firmeza e persistência do povo que resistiu a todas as formas de pressão, intimidação e perseguição, se retirou.

Primeiro Encontro Nacional de sem-terra

O primeiro Encontro Nacional de Sem Terra realizou-se de 23 a 26 de setembro de 1982, em Goiânia. 28 trabalhadores rurais sem-terra de 16 estados, junto a agentes da CPT, discutiram o problema da falta de terra para trabalhar. Ao final foi escolhida uma coordenação provisória, com a tarefa de, entre outras, preparar o 2º Encontro Nacional dos Sem-terra, entre setembro de 1983 e janeiro de 1984.

Não aconteceu este segundo encontro programado. No seu lugar, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná, 80 sem-terra de 12 estados, resolveram criar de forma autônoma e independente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, MST.

30 Anos

Pontos que destaque

Nos 30 anos da história do MST, destaque como fundamentais para se entender o que o movimento representa no conjunto dos movimentos sociais, o investimento em educação e formação dos seus quadros, sua capacidade de organização e mobilização, e a aposta na articulação e solidariedade com outros movimentos e setores da sociedade.

A formação

Sempre me chamou a atenção o investimento do MST na formação de seus dirigentes. Jovens com apenas o ensino fundamental básico tinham uma tal leitura da realidade social, política e econômica que conseguiam manter um diálogo à altura com autoridades de todos os níveis e com acadêmicos e professores de universidade. Ouvi que o primeiro grupo dirigente se levantava cedo e dedicava boas horas ao estudo, antes de sair para as atividades.

A preocupação com a formação não se limitou a seus dirigentes. Em todo e qualquer assentamento ou acampamento, mesmo debaixo de lona preta, funcionava uma escola de nível fundamental. Nenhuma criança ficava sem ser alfabetizada. E também milhares de adultos passaram pelo processo de alfabetização. Depois foi implantado o ensino de nível médio nos assentamentos.

Ao lado de tantas ocupações de terra que o MST protagonizou, talvez uma das suas maiores ocupações tenha sido a da Universidade. Dezenas e dezenas de convênios foram firmados com Universidades em muitos estados para a formação em nível superior. De acordo com João Paulo Rodrigues, da direção do MST, em entrevista à ONG Repórter Brasil, o MST formou nas suas bases mais de



130 médicos e mais de 6 mil dirigentes em nível superior.

Ocupação do espaço da educação não tranquila. O governo Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, por exemplo, fechou as Escolas Itinerantes, experiência pioneira do MST para a educação nos acampamentos. Alegação: “as bases pedagógicas veiculadas nas escolas mantidas ou geridas pelo MST são nitidamente contrárias aos princípios contidos na Constituição Federal”.

A criação do Curso de Direito em convênio com a Universidade Federal de Goiás sofreu duros ataques de setores ligados ao direito. Um campo do saber reservado à elite não podia ser ocupado por acampados, assentados da reforma agrária, filhos de pequenos agricultores. A qualidade do curso e a capacidade dos alunos ficaram comprovadas pela aprovação de seis alunos no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, antes mesmo antes de sua colação de grau.

A importância dada à formação pelo MST se concretizou na Escola Florestan Fernandes, em Guararema, SP. A própria construção deste espaço fez parte do processo formativo.

MOVIMENT

OS SOCIAIS

do MST

Foto: Midia Ninja



Campesina e da Cloc (Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo), e ele serviu de referência para a criação de muitos outros movimentos no Brasil e em outros países. O MST apostou na Consulta Popular e na Assembleia Popular e se empenhou na realização do Encontro Unitário dos Movimentos do Campo, em 2012. Movimentos urbanos buscam no MST apoio para suas lutas.

E o movimento se envolve em muitas ações de solidariedade mundo afora. Encontramos Brigadas do MST no Haiti participando da reconstrução do país, na Palestina ajudando na colheita de azeitonas, e em outras ações em países da África. No Brasil encontramos o MST participando de lutas de sem teto e de outros movimentos urbanos. Ao mesmo tempo conseguiu criar, em muitos países, grupos de amigos do MST. Uma rede de solidariedade internacional impressionante.

Os tempos são bicudos

Apesar de uma história tão rica, hoje, 30 anos depois, o MST se encontra, como diz João Paulo, um dos dirigentes nacionais, “num canto do ringue”. Não tem o mesmo dinamismo de antes. As ocupações de terra minguaram. Recebe críticas à direita e à esquerda. Como todos os movimentos populares, o MST apostou no PT, esperando que promovesse as mudanças estruturais necessárias, sobretudo a prometida reforma agrária. Mas, os governos Lula e Dilma se compuseram, em nome da “governabilidade”, com partidos do latifúndio e hoje quem dá as cartas no campo é o agronegócio. Com isso as demandas populares vão ficando em segundo, terceiro, quarto planos.

Houve avanços. Os trabalhadores foram beneficiados por algumas das políticas periféricas e compensatórias. Mesmo tendo havido em

alguns momentos uma política mais acentuada de assentamentos de sem-terra, nunca houve um programa efetivo de reforma agrária. A direção do movimento tem “críticas severas a estes governos”, diz João Paulo. Mas não pode esticar a corda demais, pois pode ficar sozinho, sem a base. Pois a base que se beneficia com os programas sociais, apoia o governo.

E o problema não é só com as bases. “Para nós do MST, se fazemos críticas, o governo já acha que somos inimigos e nos coloca como antigo-governo. Quando fazemos o inverso, falam em governismo. Sentou com o

governo em alguma reunião, já é governista. Por isso, o MST está no pior dos mundos. Nós recebemos críticas pela extrema-esquerda, que nos bate como governista. E com os governistas, com setores petistas, dizendo que estamos no esquerdismo por fazer críticas ao governo”. Os aliados mais próximos que ainda o MST tem, são os petistas, centrais sindicais, os movimento de moradia. “É o campo popular que dá sustentação a esse governo”, diz João Paulo.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

VI Congresso Nacional do MST

CRISTIANE PASSOS

Celebrando seus 30 anos, o MST realizou seu VI Congresso que reuniu, em Brasília, entre os dias 10 e 14 de fevereiro último, cerca de 16 mil trabalhadores sem-terra de todo o país, bem como amigos, simpatizantes, apoiadores e representantes de organizações sociais nacionais e internacionais.

O VI Congresso foi precedido de dois anos de preparação. Como sempre, o nível de organização, chamou a atenção. 150 cozinhas prepararam comidas tradicionais dos estados brasileiros para todos os participantes.

Um destaque especial mereceram os sem-terrinhas. 750 deles ocuparam o Ministério da Educação (MEC). Denunciaram que 37 mil escolas rurais foram fechadas nos últimos 12 anos. Os sem-terrinha reivindicavam a presença do ministro da Educação, José Henrique Paim, para entregar a ele sua carta de reivindicações, quando a Tropa de Choque foi enviada ao local para conter ... crianças!

Uma marcha com os participantes do Congresso cobriu de vermelho a Esplanada dos Ministérios. Na Praça dos Três Poderes, a falta de preparo da polícia provocou momentos de tensão e confronto. Os grandes meios de comunicação que até então tinham ignorado o VI Congresso, se apressaram em dizer ao mundo que os sem-terra queriam invadir o Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a sessão que realizava, e o Palácio do Planalto. E todas

as matérias só destacaram este episódio. Nenhuma palavra mostrando o Congresso, os temas, os apoios, a organização.

Terminado o evento, o que a mídia busca noticiar são os recursos de órgãos federais e de bancos públicos destinados à realização da Mostra de Cultura e de Produção Camponesa, paralela ao Congresso. Os recursos investidos nos grandes eventos do agronegócio não preocupam a mídia. Como também é compreensível e aceito o calote de seis bilhões de reais de Eike Batista com o BNDES. Recursos para evento dos trabalhadores do campo, isso é inadmissível e são suspeitos.

O MST tenta resistir dentro de suas contradições, e reinventar-se numa proposta de união campo e cidade, pregando uma ainda não bem definida “reforma agrária popular”, com foco nos assentados.

Entretanto, é inegável a importância de reunir, no dia de hoje, 16 mil pessoas num evento desse porte. A invisibilidade do movimento na mídia fez alguns se perguntarem ao verem as imagens na TV: “o MST voltou?” O VI Congresso garante que ele está bem vivo e ainda tem muito a contribuir na construção da cidadania.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

Congressos do MST

	I	II	III	IV	V	VI
Ano	1985	1990	1996	2000	2007	2014
Participantes	1.600	5.000	5.000	7.500	11.000	16.000

A capacidade de organização e mobilização

Os atos do MST, desde as ocupações de terra, os acampamentos, até as grandes marchas e os seus congressos, são a mostra de sua capacidade de organização e de mobilização. Participei, em 2005, de parte da marcha de Goiânia a Brasília. Milhares de pessoas caminhando ordeira e ordenadamente provocam esperança. Se um movimento consegue esse nível de organização, como não seria um país que se organizasse na defesa dos interesses dos mais pobres!!! Nos seus congressos, os últimos com mais de dez mil participantes, o espaço reservado para as cirandas infantis encantam quem as conhece!

A articulação e a solidariedade

Outro ponto que destaco é a busca da articulação com outros movimentos, tanto em nível nacional, quanto internacional, e as ações de solidariedade. O MST é uma das forças da Via

CONCÍLIO VATICANO II

O Concílio e a Palavra de Deus

FLÁVIO LAZZARIN*

São muitos os teólogos que consideram a Constituição Conciliar “Dei Verbum” (A Palavra de Deus) o documento mais importante do Concílio. Foi o mais debatido e o último a ser aprovado, tendo assim o papel inspirador de todas as profecias e reformas dos outros documentos. Este texto constitui uma reviravolta copernicana com relação a um passado não tão longínquo (e que continua atual em muitos setores da Igreja católica) caracterizado pelo racionalismo dos catecismos e pelos sermões dos padres, tão distantes da Bíblia.

Também na Pátria Grande a colonização espiritual dos povos conquistados se deu com a exclusão da Palavra de Deus, delegando a missão de evangelizar e sacramentalizar ao monólogo de pregadores e missionários: jesuítas, lazaristas, redentoristas, franciscanos... Prevalencia a doutrina e a fidelidade aos dogmas do magistério eclesial, com a ingênua ilusão pedagógica sobre o poder decisivo da exposição racional da “fé” para direcionar consequentes práticas religiosas e éticas.

Outro obstáculo, que vingou por alguns séculos, foi o embate da Igreja Católica com a Reforma Protestante, que tinha posto novamente a Sagrada Escritura ao centro da vida cristã. Era exercido um controle rígido sobre os padres e os leigos, para evitar a influência protestante. Os leigos eram proibidos de ler a Bíblia e só podiam conhecê-la através dos sermões do clero e dos resumos das histórias sagradas apresentados na catequese das crianças. Sobravam como meios de salvação individual a prática dos sacramentos, a piedade devocional, o catecismo e a obediência à hierarquia.

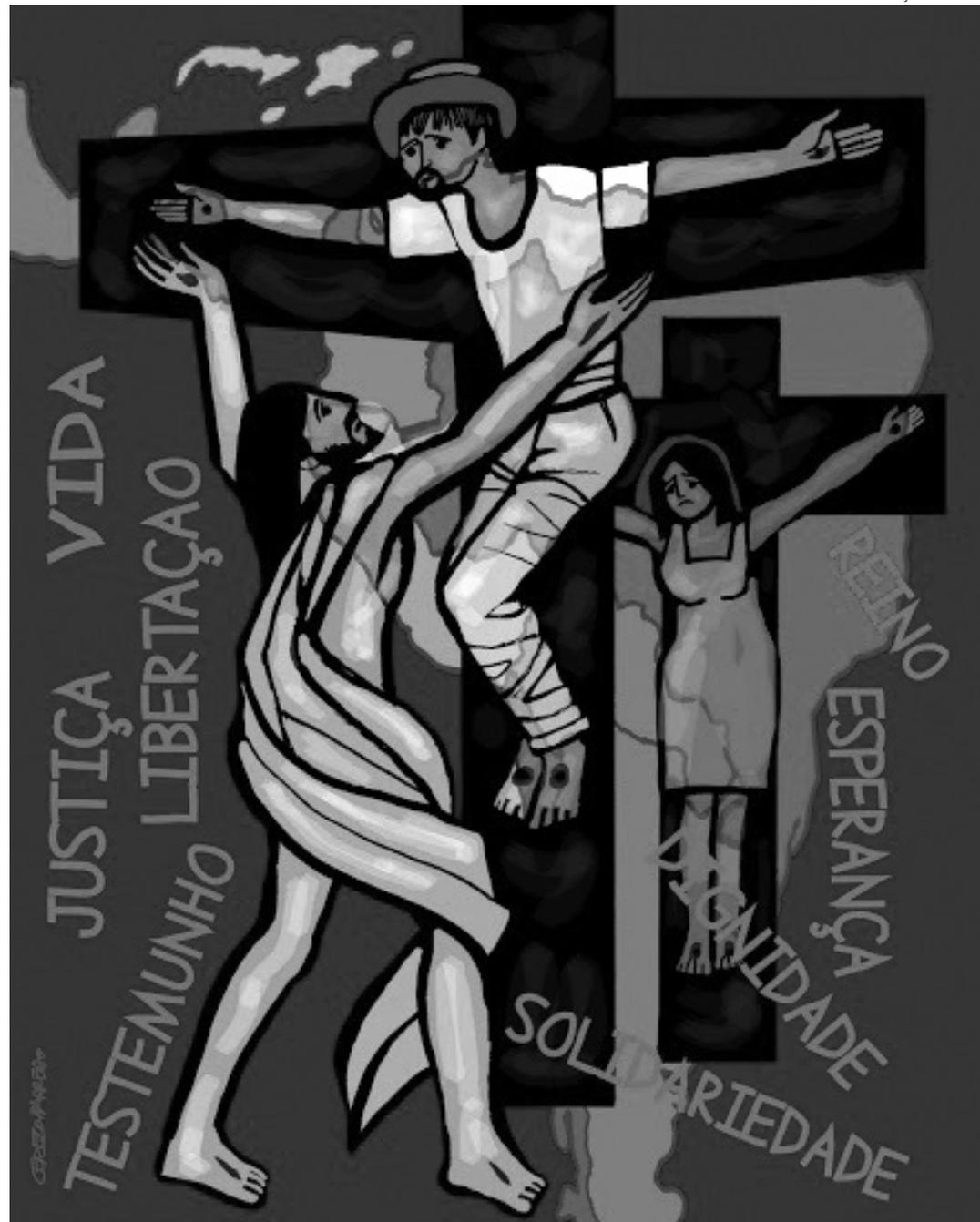


Ilustração: Cerezzo

O tempo da Contrarreforma, inaugurado pelo Concílio de Trento foi o tempo do clero, dos funcionários do templo, como classe intelectual e burocrática. O povo – e especialmente os pobres – não tinha nem voz, nem vez. E não se tratou só da imposição do silêncio, mas da ocultação da sua vida e das suas religiosidades. A miséria, a injustiça, a escravidão, a pilhagem da Abya Yala e da África foram escondidas de baixo do véu da teologia escolástica e dos catecismos.

A Dei Verbum muda radical-

mente o conceito de Revelação. Antes, se afirmava e se pregava que Deus tinha falado uma vez por todas com a Bíblia e que nos séculos seguintes tratava-se somente de transmitir fielmente este depósito de verdades às novas gerações. Nesta Constituição Conciliar é o contrário: Deus fala hoje, com a Bíblia e a Tradição; e nós, guiados pelo Espírito Santo, podemos descobrir onde Ele fala e o que Ele fala.

Na Europa, a Dei Verbum proporcionou algo muito importante como a reconciliação católica com a

exegese crítica, mas foi aqui, na Abya Yala, que houve, a partir dos anos 1960, uma verdadeira revolução espiritual e comunitária. Carlos Mesters nos diz sinteticamente: “O povo, em comunidade, está descobrindo a fala de Deus na vida e nos acontecimentos. Por isso, digo que é o documento mais importante, porque muda os olhos para se perceber Deus. Não é só questão de conteúdo, é questão de visão sobre a ação e a revelação de Deus na história.”¹

Através da caminhada das CEBs, a Bíblia voltou a ser uma biblioteca popular. Lembramos a assessoria do CEBI que propõe a valorização da “Leitura Popular da Bíblia” e o método “ver-julgar-agir”. E o nosso irmão Sandro Gallazzi com a “Leitura da Bíblia a partir dos pobres e do conflito”, e a nossa irmã e pastora Nancy Cardoso, que, com sagrado atrevimento, contesta textos e leituras androcêntricas e patriarcalistas com a “Exegese feminista da Bíblia”.

E a CPT? Não existiria o nosso serviço sem este casamento entre a Vida e a Palavra, e sem esta teimosa fidelidade aos rostos e aos lugares dos últimos, inspirada pela subversão de Javé e de Jesus de Nazaré. Estamos permanentemente desafiados a descobrir nas cruces e nas esperanças dos pobres a presença e a companhia de Jesus. Não somente o Jesus de Marcos, Mateus, Lucas, João, Paulo... mas, também, o Jesus de Josimo, de Dorothy e daquelas e daqueles, mártires conhecidos e desconhecidos, que derramaram o seu sangue para defender a misericórdia e a justiça.

¹ Jornal “O São Paulo” da Arquidiocese de São Paulo - Ano 53 - Nº 2715 - 16 de setembro de 2008 - página B 4

ARTIGO

Índios, violência e futuro

EGON HECK*

Mal começa mais um ano e as tramas, violências e decisões judiciais contra os índios se desnudam. São reintegrações de posse, prazos para expulsões, prisões, pressão para o abandono de terras tradicionais ancestrais, militarização de territórios indígenas como dos Tupinambá, no sul da Bahia.

Apenas passou janeiro, parlamentares retornam ao trabalho com suas maletas na mão, recheadas de pedras contra os direitos indígenas. A batalha está anunciada. Nada de demarcar terras indígenas. A decisão deve ser do Congresso, propugnam os arautos do Brasil sem índios. Liberem logo a exploração mineral nas terras indígenas, gritam impacientes as mineradoras.

A violência persistente

Em todas as regiões do país vimos o eclodir de violências contra os povos indígenas.

Na Amazônia, onde as operações “abafa” pareciam ter controlado os povos afirmando que as questões de terra estavam resolvidas, eclode a fúria anti-indígena, desencadeada contra os Tenharin e Jahoi, na região da Transamazônica, entre Apuí e Humaitá (AM). A morte do cacique Ivan e posterior desaparecimento e morte de três pessoas da região incendiaram o ódio e preconceito latentes e reprimidos contra os índios, desde a construção da Transamazônica na década de 70, com a consequente ocupação pela colonização e instalação de projetos econômicos na região.

Diante da onda de violências que levou para a região centenas de militares, o Ministério Público Federal anunciou uma ação cobrando do Estado brasileiro compensação pelos danos causados aos índios com a construção da estrada que violou cemitérios, lugares sagrados e ocasio-

nou centenas de mortes. O juiz federal de Manaus, Érico Rodrigo Freitas Pinheiro, em 14 de fevereiro de 2014, acolheu parcialmente os pedidos do Ministério Público, buscando restabelecer a normalidade da relação índios e não índios na região.

O Cimi Norte 1 emitiu nota de solidariedade aos povos Tenharim, Jahoi e Parintintim e pequenos agricultores, “atacados e criminalizados de forma indiscriminada, com manifestações estimuladas pelo preconceito e financiadas por aqueles interessados nos recursos naturais de suas terras.”

514 anos de prepotência

Os Tupinambá, do litoral da Bahia, amargam os 514 anos de invasão, resistindo contra a prepotência das elites no poder, político e econômico. Cansaram de esperar o reconhecimento dos seus territórios pelo governo. A eles não restou outra saída senão a retomada de partes de seu território, enquanto a portaria declaratória continua sobre a mesa do ministro da Justiça. A reação dos fazendeiros e das elites é a de sempre: violência, pistolagem, acusações que denigrem os índios, além das tentativas de cooptação e divisão. É a velha tática de dominação e extermínio com roupagem de novo século. A justiça dá sua contribuição deliberando pela reintegração de posse e o governo se encarrega de militarizar a região, a pretexto de evitar confusão e conflito.

Em nota de apoio e solidariedade ao Povo Tupinambá, as muitas entidades que a assinam, entre elas CPT e Cimi, exigem respeito à Constituição e medidas urgentes e dizem: “alertamos as autoridades constituídas, especialmente o ministro da Justiça, para a necessidade urgente de cumprimento da lei, para que esse caso não seja mais um daqueles em que violências são perpetradas, e a impunidade se torna a marca mais visível e duradoura... Que o ministro da Justiça



Foto: Egon Heck

cumpra com suas obrigações e que a presidenta Dilma Roussef, o governador Jacques Wagner e seus aliados (agronegócio) respeitem a Constituição e os direitos dos povos indígenas”.

No Mato Grosso do Sul quase diariamente acontecem mortes de indígenas, numa permanente situação de guerra e genocídio, com uso de violência, pistolagem, milícias armadas para reprimir qualquer tentativa de retorno dos Kaiowá, Guarani e Terena, a espaços de seu território tradicional. Além disso, está em curso a estratégia de protelar, indefinidamente, o reconhecimento e demarcação das terras indígenas na região. São inúmeras as reuniões, encontros, mesas de negociação e diálogo, visitas de políticos a ministros e presidente da República, ao lado das muitas iniciativas no Congresso buscando suprimir direitos indígenas da Constituição. A isso se somam portarias do governo e decisões judiciais que atentam contra os direitos dos índios.

A esperança resistente

Ao darmos visibilidade a essa onda de violências que mais uma vez

se abate sobre os povos indígenas, a população camponesa e populações tradicionais, o fazemos na certeza de que é possível ultrapassar essas barreiras. O horizonte não está além. Está ali, na aldeia, na sabedoria milenar, na resistência secular, na dura luta do dia a dia. A cegueira consumista não nos deixa enxergar os valores do bem viver, na simplicidade e harmonia com a natureza e todas as formas de vida. Como disse o pensador Domenico de Masi, em recente entrevista: “Em grande parte do mundo, a relação entre tempo e vida será muito similar àquela dos índios, centrada em atividades rituais e estéticas. Quando o novo modo de vida for desenhado e incorporar também esses valores, os brasileiros ficarão orgulhosos dos ancestrais Indígenas de que hoje se envergonham. E nada impedirá nossos netos de somar os benefícios do ócio criativo, do senso estético e da sabedoria Indígena aos benefícios da ciência e da tecnologia pós-industrial”. (REVISTA ÉPOCA, 2/01/2014)

Entre o sonho e o pesadelo fico com a utopia!



DICAS E RECEITAS

Opções alternativas de adubo e formas naturais para o controle de insetos

O Pastoral da Terra passará a trazer dicas, receitas e sugestões de produção orgânica e agroecológica, para aquelas e aquelas que têm interesse em produzir alimentos saudáveis, ou mesmo melhorar sua produção, sem agredir o meio ambiente e envenenar a população. Dessa forma, pedimos aos que quiserem contribuir que nos enviem suas experiências, receitas e opções alternativas de controle de pragas, adubação e manutenção de sua produção. Pode, também, ser receita de remédios naturais ou mesmo cosméticos produzidos com elementos naturais e de fácil manipulação. Mandar para o E-mail: comunicacao@cptnacional.org.br

Controle Natural de pulgões, ácaros, lagartas pequenas, cochonilhas, moscas brancas e percevejos

Faça uma Calda de Arruda: colher três ramos de arruda com 30 cm de comprimento. Picar os ramos e as folhas, bater no liquidificador com 1 litro de água. Coar a mistura em pano fino e armazenar em garrafa escura. Na hora de aplicar na horta, separar 1 copo da calda e misturá-la com 2 litros de espalhante de sabão.

Como combater as formigas cortadeiras

As mais encontradas são as saúvas, as quem-quem e as lavapés. Pode-se fazer o controle natural com galinhas, uso de iscas naturais feitas com cascas de laranja e gergelim. No formigueiro: aplicar cal virgem e derramar água ou água fervendo; colocar pão com vinagre próximo aos ninhos; colocar farinha de mandioca ou sementes de gergelim próximo ao caminho das saúvas. Todos pensam que as formigas podem consumir todas as plantas, o que não é verdade, algumas plantas podem ocasionar azedamento e não produção de seu alimento, caso do gergelim, sendo assim jogue gergelim ou plante na boca dos formigueiros.

Adubação Orgânica – Preparo de Compostos Orgânicos e Biofertilizantes

ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO

Indicado para folhosas e para terrenos com deficiência de nitrogênio.

Ingredientes e preparo: Numa caixa d'água ou tambor de 200 litros, colocar uma camada de capim verde picado (quatro ou cinco tipos diferentes de capim), uma camada com 15 quilos de torta de mamona ou de esterco de galinha, outra camada de capim e uma camada com dois quilos de farelo de arroz misturados com um quilo de açúcar. Colocar capim até chegar a 80% do volume e completar com água.

Mexer diariamente durante uma semana. O tambor ou caixa d'água não deve ficar tampado, mas deve ser abrigado da chuva. Depois de uma semana estará pronto.

Aplicação: Coar e aplicar, diluído em 10 ou até 50 partes de água.

ESTERCO FRESCO DE AVES

O esterco fresco de aves também é aproveitado para adubação líquida. Ele deve ser colocado num barril com água e deixado fermentar para converter a amônia. Pode se uti-

lizar um acidulante como vinagre ou limão, adicionando-o sempre que se perceber o cheiro de amoníaco. Após uma semana retira-se o líquido sobre-

nadante, regando com ele os canteiros. Como o líquido é rico em nitrogênio, convém aplicá-lo em hortaliças folhosas prioritariamente.

HORTALIÇAS FOLHOSAS

Cultura	Variedades/Cultivar	Indicação	Espaçamento metros	Plantio/Semeadura
Acelga	Kukai Chinesa e Européia	CP/CA	0,6 x 0,2	Mar. a jun. Jan a mar
Agrião	Folha Larga Da água ou de seco	CP/CA	0,2 x 0,2	Mar a jun. Jan a mar
Alface americana	Agroflora, Inajá, Mesa 659, Tainá Crespa e outras	CP/CA	0,3 x 0,3	Mar a ago Out a fev. Ano Todo Jan a mar
Alface Crespa	Grande Rápida Verônica		0,3 x 0,3	Mar a ago Ano Todo
Alface Lisa	Áurea, Karina Babá de verão, Brasil 202, Glória, Regina 440		0,25 x 0,25	Mar a ago Out a fev.
Almerão	Pão de Açúcar		0,15 x 0,1	Mar a jul
Chicória	Amazonas Gigante		0,3 x 0,3	Ano todo
Couve Chinesa	Sunkei e Takatoh		0,5 x 0,4	Fev a jun.
Couve manteiga	Comum		1,0 x 0,5	Mar a ago.
Espinafre	Nova Zelândia		0,5 x 0,4	Ano todo
Salsinha	Lisa Preferida		0,4 x 0,01	Mar a jun.

CP (cultivo protegido) CA (cultivo em canteiro)



Cardeal dominicano repreende jesuíta que defende cidadania para filhos de haitianos

O cardeal López Rodríguez, da República Dominicana, chamou o jesuíta Mario Serrano de “sem-vergonha”, durante missa numa tarde de domingo, 26 de janeiro. O religioso da Companhia de Jesus defende o direito dos filhos de haitianos de serem dominicanos, encabeçando as reivindicações de milhares de dominicanos, filhos de pais sem documentos, para que os documentos lhe sejam entregues. “Por que razão vocês estão apoiando? Aqui há coisas que devem ser mudadas... Fui educado por jesuítas e eu gosto dos jesuítas. Mas esse sem-vergonha não me interessa nada. Ele se dedicou aos grupos de esquerdistas para fazer o que quiser”, bradou o cardeal. O discurso, gravado em um vídeo caseiro, foi divulgado pelo canal de televisão SIN. López Rodríguez expressou publicamente o seu apoio à sentença 168 do Tribunal Constitucional, que despoja da nacionalidade dominicana todos os nascidos a partir de 1929, de pais considerados residentes em condições irregulares. Em contrapartida, o padre Mario Serrano apoia a reivindicação das pessoas desnacionalizadas, porque a Constituição da República Dominicana, proclamada em 2010, afirma que o novo mandato para a aquisição da nacionalidade não se aplica para aqueles que nasceram antes da vigência dessa nova Carta Magna. A sentença fez com que mais de 250 mil pessoas no país perdessem seu direito à nacionalidade.

Cidadãos latinoamericanos terão livre acesso à informação sobre direitos agrários

A Rede Latinoamericana de Vigilancia da Terra e dos Recursos Naturais foi lançada oficialmente no dia 14 de fevereiro, no Peru. A iniciativa de sua criação partiu de instituições de pesquisa e universidades na Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela, e tem o apoio da International Land Coalition. O objetivo é repassar aos cidadãos dos países

latinoamericanos informações que contribuam com uma maior transparência em relação aos seus direitos, sobre políticas agrárias e utilização de recursos naturais. Com o acesso à Rede, as comunidades terão a oportunidade de ter maior conhecimento sobre suas regiões e, sendo assim, poderão participar mais ativamente das atividades na sociedade civil. Para os

organizadores, os países latinoamericanos sofrem com a falta da participação popular na tomada de decisões políticas, não há uma efetiva inclusão social dos cidadãos e tampouco há acesso às informações relacionadas aos seus direitos. As informações serão dispostas em plataforma da web com facilidade de uso e com acesso gratuito.

Camponês hondurenho é condenado injustamente por homicídio



José Isabel Morales, Chabelo, como é conhecido pelos seus amigos e familiares, camponês e membro do Movimento Campesino de Aguán (MCA), foi julgado e condenado a 20 anos de prisão por crime de homicídio, no dia 07 de fevereiro último, pelo Tribunal de La Ceiba, em Honduras. O julgamento está envolto em polémica e segundo o advogado de Chabelo, assim como organizações que defendem os direitos humanos, o camponês é vítima de injustiça, pois não há provas e nem testemunhos verídicos que comprovam a culpa do camponês no crime que lhe foi atribuído. O camponês foi detido em 17 de outubro de 2008 pela acusação de crimes de ho-

micídio, tentativa de homicídio, roubo qualificado e incêndio agravado. A condenação por homicídio aconteceu depois de cinco anos e quatro meses da acusação de 14 crimes também atribuídos a Chabelo. Ele foi absolvido de 13 crimes, porém foi condenado pelo assassinato de Carlos Manrique Osorto Castillo, sobrinho do policial Henry Osorto, que esteve envolvido em conflitos de terras com a comunidade “Guadalupe Carney”, da qual Chabelo fazia parte. Para Ramona López, mãe do camponês, a motivação das acusações contra o filho é oriunda dos conflitos entre proprietários de terras, policiais e camponeses da região.

Bajo Aguán: assassinatos e prisões arbitrarias

Com o intuito de denunciar a violência que se instalou na localidade de Bajo Aguán, Honduras, em virtude da disputa de terras, a organização Human Rights Watch divulgou recentemente o relatório “Aqui não há investigações: impunidade de homicídios e outros abusos no Bajo Aguán, Honduras”, em que analisa as recorrentes violações de direitos humanos praticadas no local e denuncia a falta de investigações por

parte da Justiça. Parte dos conflitos surgiu ainda em 1992, agravando-se após o golpe de Estado em 2009, depois de reformas implementadas pela lei agrária, que permitiram a venda de muitos hectares de terra, antes sujeitos apenas à propriedade coletiva. O relatório analisa 29 homicídios e duas privações ilegais de liberdade, além de outras violações de direitos humanos cometidas por soldados e policiais.

Venezuela: a crise, a mídia e a oposição

A Venezuela vive, atualmente, uma divisão de sua sociedade e o presidente, Nicolás Maduro, enfrenta dificuldades políticas dentro desse contexto. A situação no país, contudo, foi acirrada pela insuflação de Leopoldo López, líder da oposição, ao promover uma disputa diária nas ruas venezuelanas, culminando na morte, até o momento, de 13 pessoas. Em dezembro se cristalizou no país um processo de diálogo entre governo e oposição, então liderada por Henrique Capriles, derrotado nas duas últimas eleições presidenciais. Sua disposição ao diálogo levou a direita mais radical a isolá-lo, permitindo a ascensão de figuras como López. Parte da população manifesta-se contra o aumento da inflação, a escassez de alguns produtos no país, e o aumento da criminalidade. A grande mídia internacional deleita-se ao acusar Maduro e chavistas de falta de democracia no país. Acusam o governo, ainda, de desrespeito à liberdade de expressão. Porém, houve na Venezuela quatro eleições nos últimos 15 meses, em que o chavismo venceu todas no plano federal. O governo venezuelano dispõe, de fato, de jornais, canais de rádio e de televisão importantes, mas dois terços dos veículos de imprensa da Venezuela são controlados por forças oposicionistas, existindo no país, portanto, a possibilidade de contraponto.

PÁGINA BÍBLICA

Uma nova teologia para garantir privilégios



SANDRO GALLAZZI*

Na edição passada vimos que após o exílio, um grupo voltou para a Judéia, e outro ficou na Babilônia. Os que ficaram eram considerados “amigos do rei” e eram economicamente ricos. Como não tinham templo, reinventaram formas de expressar sua fé. Daí nasceu a sinagoga. Vamos continuar lendo Sandro:

No capítulo 6 de Mateus encontramos uma forte crítica a este tipo de judaísmo. “Quando vocês jejuarem, rezarem, derem esmola, não façam como os fariseus”. É uma crítica muito forte a essas formas de expressar a fé. A isso se agregam prescrições, fundamentais para os judeus da dispersão: a circuncisão, a prática rigorosa do dia de sábado, as diferentes leis de pureza legal. Com isso se isolam em guetos.

Sua elaboração teológica

Que tipo de teologia vai sair de um grupo rico, amigo do império e sem templo? Já falamos de algumas mudanças, como a teorização de que a lei de Deus pode ser a lei do império, ou de como a bênção de Deus não passa pela terra. Este grupo elabora uma teologia diferente da dos profetas.

* Ser justos

Sua posição política os leva a mudar o “fazer justiça” - a mensagem profética queria a mudança - em algo mais pessoal e individual. “Ser justo” não implica responsabilidade social com a mudança estrutural, mas uma adesão pessoal às prescrições da lei. Não que eles deixem de pensar em um mundo sem opressão. A mudança está em pensar que isso é obra de Deus, que vai recompensar nossa prática com a salvação. “Amanhã”!

* A centralidade da lei

O que fazer para ser justo: praticar toda a lei com fidelidade, para conseguir a compaixão de Deus. A justiça passa a significar a prática da lei. Há um esforço por identificar todos os possíveis preceitos da lei e definir sua prática. Culminará com a futura lista dos fariseus que registrarão 613 mandamentos. A prática individual da lei permite ao judeu sentir-se profundamente judeu e continuar sendo amigo do imperador.

* A teologia da retribuição

Outra mudança: enquanto esperamos a vinda do Salvador, o que acontece com os justos? O primeiro justo é Deus e ele nunca vai deixar de retribuir minhas ações. O justo receberá a bênção de Deus e por isso será rico, feliz, sem problemas. Por outro lado, se há pobres, doentes, infelizes, isto quer dizer que são maus, não praticam a lei, são impuros. Mudam tudo o que os profetas diziam. Agora ser rico equivale a ser justo e ser pobre a ser mau. Não só isso: O pobre/pecador será culpado por atrasar a vinda do Salvador, que virá só quando todos sejam justos.

Por isso os fariseus vão chamar o povo “raça adúltera e perversa ... povo maldito que não conhece a lei”. Não esqueçamos que Jesus era catalogado como um destes.

* O Deus Altíssimo

Consequência teológica: devolver Javé ao céu, porque não tem muito que fazer na terra. A lei é a presença constante de Deus no meio do povo. Ele, do alto, observa como praticamos a lei para retribuir-nos conforme nossas ações. Este distanciamento de Deus vai chegar ao ponto de se proibir usar o nome de Jáve, que será substituído por Adonai, que quer dizer Senhor. Somente o Sumo Sacerdote, uma vez ao ano, no dia da expiação, terá o direito de usar o nome de Yavé. Deus perde sua dimensão de gratuidade, obrigado a retribuir conforme a prática de cada um.

* A importância do livro

Na Babilônia é reescrito um livro contendo a lei de Deus. Pela primeira vez se diz que o livro é a lei de Deus. E uma vez mais, conta-se a história do povo, dando muitíssima importância aos patriarcas que, a partir da teologia da retribuição, são apresentados como muito ricos, iniciadores de práticas como a circuncisão e o dia do sábado. O livro vai ser considerado sagrado, verdadeiro depósito da Palavra de Deus. É a novidade.

Chega Neemias

Voltando à história. No momento em que se relata a situação de humilhação em que se encontravam os que haviam voltado para a Judéia, Neemias sente necessidade de intervir. Vai a Jerusalém com apoio do rei, interessado em retomar um maior controle político da área. O rei lhe dá ouro e soldados. Tem a missão de reconstruir a cidade, reconduzir ao poder o grupo sacerdotal de confiança do rei e retomar o controle do mercado da Judéia, mais ligado aos árabes do que aos persas.

Com esforço, reconstrói os muros de Jerusalém, obriga parte da população a deixar o campo para tra-

balhar na cidade a serviço do grupo sacerdotal, separa Judéia da Samaria e a torna província autônoma, estabelece uma assembleia urbana para conduzir a política e organiza um sistema de impostos e tributos, sobretudo o dízimo, para garantir o funcionamento da cidade. Não consegue desconectar a Judéia do mercado árabe, solidamente implantado com o apoio de vários judeus, inclusive sacerdotes. Retorna à Babilônia feliz com os resultados, sem perceber que os camponeses não vão pagar o dízimo, nem sustentar o templo e os sacerdotes.

Chega Esdras

Esdras vem em seguida (a história contada o põe junto a Neemias, mas não foi isso que aconteceu). Seu caminho é diferente. Vai organizar o campo, sabe que se a terra não passar ao controle sacerdotal, não haverá solução para o conflito. Vem com a força de uma lei, apoiada pelo rei, que garante a propriedade da terra a quem é judeu de raça e sangue. Os que são mestiços, como a maioria dos camponeses que se casaram com mulheres de outras regiões não terão direito à propriedade. Só poderão trabalhar como servos.

Organiza um sistema judicial para aplicar essa lei, inclusive com penas severíssimas, até de morte. Os camponeses passam a ser declarados depreciativamente “povos da terra” e comparados aos estrangeiros que não podiam ter terra em Israel. Esta decisão resolve o conflito. Os camponeses perdem suas terras, as mulheres não judias são abandonadas: “Não entreguem suas filhas aos filhos deles, nem casem seus filhos, com as filhas deles, não façam aliança com eles, nem se preocupem com seu bem estar, assim vocês se farão fortes, comerão os frutos da terra e a legarão a seus filhos para sempre”.

EXPERIÊNCIA

Cartilha “Trabalho Escravo Contemporâneo: Educar, para não escravizar”

CRISTIANE PASSOS

CPT e Secretaria de Educação de Rio Maria (PA), com o apoio de órgãos públicos e organizações, lançaram em dezembro passado a cartilha “Trabalho Escravo Contemporâneo: Educar, para não escravizar”, que reúne produções didáticas de alunos da rede municipal de ensino da região. A publicação é um dos três projetos comunitários selecionados em 2012 que foram financiados pelo “Escravo, nem pensar!”.

O lançamento foi realizado na quadra de esportes da Escola Municipal Lucia Helena, em Rio Maria (PA). Participaram da mesa do evento representantes da Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura, Comissão Pastoral da Terra e ONG Repórter Brasil. Após a apresentação do material, houve declamação de poemas, espetáculos de dança e uma roda de capoeira.

A cartilha é resultado do concurso municipal realizado com as produções didáticas desenvolvidas em três projetos comunitários financiados pelo Escravo, nem pensar!, em 2012. Na ocasião, as escolas abordaram o trabalho escravo de forma interdisciplinar, incentivando a criação de desenhos, poesias, textos dissertativos e paródias. Após o término dos trabalhos, o concurso elegeu, dentre as 12 escolas participantes, as melhores produções de cada modalidade de ensino.

A cartilha é uma importante ferramenta de registro e divulgação e poderá inspirar novas experiências educativas em relação ao trabalho escravo. Além de Rio Maria, os municípios de Xinguara e Marabá já lançaram, em 2007 e 2009, respectivamente, publicações semelhantes.

O material para ser produzido contou, ainda, com apoio da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região (Marabá – PA), Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEP) de Rio Maria, Rádio Berokan FM e ONG Repórter Brasil.



ALUNO: Luan Silva Ferreira
IDADE: 5 anos
TURMA: Pré II
ESCOLA: E. Infantil Maria Madalena

ES CRAVO EU, NEM PENSAR!

ALUNO: Gabriel Capelini

IDADE: 7 anos

TURMA: 2º Ano A

ESCOLA: Frei Gil de Vila Nova

Nasci aqui

E aqui quero ficar

Pois amo meu lugar.

Agora vou explicar

Sou pequeno

Mas gosto de pensar!

Que estudar é importante

Para não escravizar.

Minha mãe não cansa de falar

Que devo ser empenhado

E no meu futuro pensar!

Futuro é algo distante

Mas que breve chegará

Por isso sou pequenino

E quero desde já me preparar!

Escravo nem Pensar!

O projeto “Escravo nem Pensar!” é coordenado pela ONG Repórter Brasil e tem suas atividades voltadas para educadores e líderes populares, cujo perfil multiplicador de informação e conhecimento amplia os efeitos de suas ações. Dessa forma, o projeto seleciona propostas que caminhem na prevenção do trabalho escravo contemporâneo, através de ações de formação e educação.

Criatividade marcou os trabalhos para a publicação

Para Ana de Souza Pinto, da equipe da CPT em Xinguara, “O combate ao trabalho escravo exige ações de repressão, prevenção e iniciativas que tenham incidência na superação da pobreza e das desigualdades sociais no nosso país. E foi para reforçar o trabalho de prevenção na região sul do Pará, que entre 2012 e 2013 foi implementado em Rio Maria, o Projeto “Escravo, nem pensar”. Na primeira etapa do projeto foi realizado um curso de formação de cinco dias sobre o trabalho escravo contemporâneo, com a participação de 50 educadores e educadoras da rede municipal de ensino. Na continuidade, o tema foi trabalhado com as crianças e jovens estudantes do ensino infantil e fundamental, e também com a co-

munidade escolar. Neste processo foi organizado um concurso de poesias, desenhos, paródias e textos sobre o tema do trabalho escravo contemporâneo. A produção artística e literária dos estudantes revelou grande apropriação da trágica realidade do trabalho escravo, muita sensibilidade e criatividade”.

Os trabalhos selecionados nesse processo compõem, portanto, a cartilha “Trabalho Escravo Contemporâneo: Educar para não escravizar”, a qual está sendo distribuída e divulgada amplamente nas escolas e em outros espaços educativos. “Essa cartilha se constitui em um importante instrumento pedagógico para reforçar o processo de prevenção e visibilidade da problemática do trabalho escravo, para um envolvimento cada vez maior de amplos setores da sociedade”, afirmou Ana.

CULTURA

Foto: João Zinclar

Faz escuro, mas eu canto

(Thiago de Mello)

Faz escuro mas eu canto,
 porque a manhã vai chegar.
 Vem ver comigo, companheiro,
 a cor do mundo mudar.
 Vale a pena não dormir para esperar
 a cor do mundo mudar.
 Já é madrugada,
 vem o sol, quero alegria,
 que é para esquecer o que eu sofria.
 Quem sofre fica acordado
 defendendo o coração.
 Vamos juntos, multidão,
 trabalhar pela alegria,
 amanhã é um novo dia.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil | R\$ | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA